



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 9/2009 -----

-----Aos quinze dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

----- **1 – ORDEM DO DIA** -----

-----**1.1 - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2008**-----

**D.A.G.F./DOC.1**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo a documentação acima referenciada, incluindo o Relatório de Gestão do ano de 2008, o Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção procedendo à leitura na íntegra do referido documento, que por ser extenso se dá por inteiramente reproduzido, ficando a fazer parte integrante desta acta. -----

-----Com conhecimento prévio dos documentos de prestação de contas em análise e após os esclarecimentos prestados, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto em análise. -----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Maria José Freixinho tomando uso da palavra referiu que, independentemente da declaração de voto conjunta que irão apresentar, e de acordo com a sua análise política, se percebe que ao longo do presente mandato o executivo em permanência não tem estado de “braços cruzados”, o que se discute são os objectivos e as prioridades de quem comanda o município. Salientou que desse trabalho que tem sido desenvolvido lhe apraz, tal como é reconhecido, que a política ligada à educação é aquela que mais a preenche e lhe agrada, em virtude de condensarmos completo de formação de um cidadão, desde o ensino pré-escolar até à formação superior, sendo que é inegável o esforço que a autarquia faz nesse sentido, ou seja, de apoiar e criar condições para que muitos, não fosse esse apoio, vissem possibilitada a sua participação em determinadas áreas de formação, lembrando a existência das Actividades de Enriquecimento Curricular que, tal como referiu, embora venham a fazer parte do ensino obrigatório, nesta fase, estaria arredada a possibilidade da maior parte dos agregados familiares as proporcionarem aos respectivos filhos. Disse ainda que nesse trabalho, tal como elencado pelo Sr. Presidente da Câmara na sua declaração inicial, há várias medidas que vêm evidenciar essa preocupação, a qual considera importante e fundamental, por considerar que só com cidadãos bem formados, bem apetrechados, é que se pode contar com eles para o seu desempenho numa vida activa, que se espera longa, de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

preferência dentro do limite do concelho de Oliveira do Hospital. Considerou no entanto que “não podemos ser excessivamente bairristas” dado reconhecerem-se as dificuldades que sofrem concelhos como o de Oliveira do Hospital, que não são litoralizados, mas também não são provincianos. Mais referiu que “há de facto uma questão que a seguir se coloca, ou seja, depois da formação, e que tem a ver exactamente com o desempenho e a possibilidade de desempenho. E, é aí, que tem havido maiores divergências dentro daquilo que nós entendemos ser a postura deste executivo em permanência e aquelas que seriam porventura as nossas, ou as minhas posições que adoptaria em termos de potenciar esse desenvolvimento, nomeadamente a ligação ao sector empresarial”. Prosseguiu referindo que “há trabalho desenvolvido, há obra feita, mas de qualquer maneira continuamos a notar essa conjuntura no nosso concelho e percebemos que o concelho, de certo modo, está a passar por uma fase de depressão, ou está, em termos de desenvolvimento empresarial, deprimido, e essa é uma preocupação que eu sinto profundamente enquanto cidadão que pretende ver um ciclo atingido de vida de um cidadão, desde a sua formação até à sua aposentação, porventura, e portanto, que passasse por este itinerário dentro do concelho. Entendo que realmente as autarquias, a esse nível, têm que se fazer ouvir para conseguirem despoletar investimento, não podem resolver todos os problemas sozinhos, eu bem sei, e portanto não podemos é ter uma atitude de mera expectativa, e não reivindicativa. Entendo sim que, mesmo usando de meios pouco convencionais, temos que efectivamente alertar a Administração Central, naquilo que dela depende, para os nossos anseios, para as nossas expectativas, para as nossas carências iguais às de outros cidadãos, mas que porventura não são tão inflamáveis em função do número de habitantes que compõem este concelho e que está francamente diminuído em termos de poder reivindicativo em relação a concelhos com uma população de densidade elevada. Disse igualmente que “essa postura, a meu ver, no presente executivo não se tem manifestado à escala que eu penso ser desejável, embora haja um inconformismo, um inconformismo silencioso, julgo que deveremos todos ser mais audíveis quando entendemos que somos esquecidos, ou que as reformas que se vão fazendo não têm em conta os concelhos da natureza do nosso. Enfim, tudo isso tem que ser despertado na consciência, também dos senhores governantes. Daquilo que é, ou me parece ser esse desenvolvimento estratégico, estes quatro anos denotam uma postura de algum acompanhamento mas no silêncio embora sejam dinamizadas algumas acções, perante a ocorrência de determinados factores, o que é certo é que aquilo que nós tínhamos na expectativa é que nestes quatro anos se avançasse um pouco, e lembro a criação tardia da incubadora de empresas. Em termos do alargamento/ requalificação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, sabemos que tem sido apresentado como justificativo a revisão do PDM, mas o que é certo é que, com o decurso do mandato, que são quatro anos, acabamos por perder oportunidades. Nós verificamos que, felizmente, para alguns concelhos limítrofes, há indústrias a implantarem-se, há postos de trabalho que foram criados, e isso apraz-nos saber. Porventura também contribuímos com alguma mão-de-obra para esses novos sectores empresariais. O que é certo é que não há, neste período, uma referência a que nos possamos agarrar de esperança a dizer “que estamos a inverter este estado de coisas, há uma alteração, há uma esperança, continuamos a aguardar por ela”. Temos um sector empresarial deprimido, temos um Pólo Industrial da Cordinha que está desajustado da realidade oliveirense, não serve os pequenos, os grandes não querem, ou não aparecem, enfim, porventura, teremos que reformular, alterar o regulamento do Pólo para conseguir dar resposta àquilo que é ainda o empreendedorismo dos oliveirenses. E portanto, à semelhança do trabalho desenvolvido na educação, também na cultura foi desenvolvido um bom trabalho, e regozijo-me por cada vez que este órgão potencia a publicação de escritos, seja prosa seja poesia, apoia iniciativas ligadas ao artesanato e à pintura, ou seja, por todo este tipo de manifestações culturais, fico muito grata por todo esse trabalho que é apresentado ao público e que é dado a conhecer, porque realmente é pelas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

peçoas que vale a pena trabalhar, é por elas que faz sentido exercer a nossa cidadania nestes órgãos autárquicos, e portanto, é temendo precisamente por eles e pelas expectativas criadas, deverá esta autarquia ter rasgo, ter ambição desmesurada para, não conseguindo concretizar tudo, o pouco que faça seja um sinal de desenvolvimento, de estratégia, que o concelho tenha um rumo, e que esse rumo seja de um concelho com condições para ser um concelho viável no século XXI”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra declarou também que, independentemente da declaração de voto elaborada em conjunto e que será apresentada no final das suas intervenções, e apesar de ter tido pouco tempo para analisar este trabalho de gestão do ano de 2008, “a Câmara teve uma actividade, em determinados aspectos, muito boa tal como tive a oportunidade de o referir e elogiar em devido tempo, porque não tenho nada para ocultar, sou transparente naquilo que penso, e digo sempre aquilo que penso. Portanto, há aqui um trabalho muito válido desta autarquia durante todo o ano, na intenção de melhoria das condições do nosso município e do nosso concelho. Porém, como gestão permanente, por parte das pessoas que gerem esta casa, nem sempre estamos de acordo, naturalmente que sim, cada um tem as suas ideias, mas nem sempre eu posso concordar com tudo. Fiz algumas propostas, umas foram aceites, outras não, mas naturalmente que a Câmara não é obrigada a aceitar as minhas propostas, tem que ouvi-las e se assim entender é que as executa. De qualquer maneira, considero que foi efectuado um bom trabalho no desenvolvimento do meu concelho. Não concordo com tudo, naturalmente, há muita coisa que eu acho que se deveria fazer, ir muito mais além em muitas outras coisas, variando as perspectivas, para uma actividade, para uma autarquia que historicamente tem uma missão muito importante nos municípios em prol do desenvolvimento das comunidades, e como tal, teve aspectos positivos e outros menos positivos, porque não desenvolveram todos os aspectos que eu julgava que podiam ser desenvolvidos e deviam ter sido desenvolvidos”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “nós estamos a fazer a apreciação das actividades e execução orçamental do município relativo ao ano de 2008. No final deste mandato farei o balanço, o balanço das propostas que aqui trouxe, e que, na maior parte das vezes, não foram aproveitadas. Farei o balanço também deste mandato em termos daquilo que de positivo foi desenvolvido, porque houve matérias e projectos positivos que foram desenvolvidos, mas também daquilo que entendo que está a contribuir para o definhamento, não só dos índices de desenvolvimento do concelho, mas também para o definhamento da esperança num futuro mais risonho para a população do concelho de Oliveira do Hospital. Nessa altura, no final do mandato, farei esse balanço. Agora, relativamente aos documentos em apreço, eu fui rebuscar uma declaração de voto que fiz em Abril de 2006, relativa ao último ano do anterior mandato autárquico, e no geral, as críticas, os reparos e as recomendações que fiz nesses documentos continuam válidas e pertinentes, no meu entender, sempre assumimos aqui a componente do apoio ao sector empresarial não enquanto exercício retórico, mas como meio para estimular o investimento e a criação de postos de trabalho, criar condições e incentivos para criar postos de trabalho, condição fundamental para fixar pessoas que depois dinamizam a nossa comunidade, só com pessoas poderemos ter actividade económica, e efeito multiplicador da actividade económica, mas também um efeito de dinamização das nossas comunidades por via do associativismo e de vivificação de todas as actividades em cada uma das nossas comunidades das nossas freguesias, só com pessoas, e aquilo que se tem, e aquilo que eu temo é que a perda da actividade económica, as fraquezas da actividade económica, possam por em causa o caminho futuro, o caminho de afirmação e de dinamismo que tradicionalmente marcou o concelho de Oliveira do Hospital. Já em 2003, numa intervenção, eu alertava para a necessidade de instalação de uma incubadora/ ninho de empresas, e foi uma questão que foi repetidamente referida. Já nessa altura se falava na necessidade de se criar um gabinete de apoio ao empresário, uma bolsa de oportunidades de negócio, criar uma área de localização empresarial,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ampliar a zona industrial de Oliveira do Hospital, tudo projectos que de facto, são aquilo que designamos, projectos e investimentos de carácter economicamente reprodutivo. E depois, eu vou passando pelas sucessivas declarações de voto, relativas à prestação de contas e expectativas que temos em relação ao orçamento do ano seguinte e vemos que as críticas e as apreciações que fazemos são sempre as mesmas porque de facto, não queremos criticar por criticar, mas temos a expectativa que se possa ter, como disse e bem a Dra. Maria José Feixinho, uma outra ambição. E essa outra ambição passa, naturalmente, por a Câmara desenvolver os projectos que são da sua responsabilidade, e por outro lado ter capacidade política negocial junto dos organismos da Administração Central. E aquilo que eu vejo é que se critica demasiado nas reuniões de Câmara, nas sessões da Assembleia Municipal, este ou outro qualquer Governo, é-me indiferente agora a cor do Governo na análise que estou a fazer, mas critica-se sim em demasia, quando devia haver era pontes de diálogo para estabelecer acordos, para fazer avançar alguns projectos no concelho de Oliveira do Hospital. E isso até me remete para a questão das candidaturas ao QREN, pois temos que perceber porque razão é que elas não são aprovadas, temos que perceber se os projectos que apresentamos, são viáveis ou não, temos que perceber se eles se enquadram nas prioridades ou não dos programas a que são candidatados, temos que perceber porque é que esses não são aprovados para que ao repetir-se esta ou aquela candidatura, ela possa ser reformulada para melhor, tem que se perceber exactamente porque é que elas não são aprovadas, porque enquanto não percebermos porque é que elas não são aprovadas vamos continuamente continuar a cometer os mesmos erros. E depois, há aqui um aspecto que eu reputo de fundamental, eu acho que a Câmara Municipal, particularmente o executivo em permanência, porque estão cá a tempo inteiro, é importante que desenvolva uma política de diálogo com as várias estruturas, quer a nível do concelho, quer a nível do distrito ou da região, quer a nível do Governo, porque se não vamos continuar a encontrar sempre desculpas fáceis para projectos que não acontecem, para investimentos que não são concretizados. Como disse, no final do mandato farei o balanço deste mandato, que se iniciou em Outubro de 2005, e que se concluirá também por volta de Outubro de 2009, neste momento, deixo estas considerações e remeto o resto para a declaração de voto conjunta”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “em face do que aqui foi referido também eu diria, hoje aqui, com esta serenidade toda de que, a oposição, enquanto oposição ao executivo em permanência, nada trouxe de novo a este debate. Pisou e repisou, sobre as mesmas questões que foi proferindo ao longo deste mandato”. Disse ainda que “fiquei até com a percepção, nesta última intervenção do Sr. Vereador José Francisco Rolo de que, parece que as candidaturas não são aprovadas pelo seu mérito, mas por questões de ordem política, nomeadamente, quando refere “que deve haver o diálogo, devem ser estabelecidas as pontes...”. Ou seja, fico com a clara percepção de que, se já tinha essa percepção hoje fico quase com a convicção, de que efectivamente a aprovação das candidaturas que são apresentadas a quem de direito, não são aprovadas eventualmente pelo seu mérito, mas sim por aquilo que pode haver nos bastidores com aqueles que têm capacidade de decidir sobre essas candidaturas. Direi eu, muito mal está o país. Porque se, é verdade que nós fomos empurrados para a constituição de associações de fins específicos, nomeadamente, no caso concreto, primeiro da AMPIN e agora CIMPIN, e cujo objectivo, era efectivamente descentralizar, por um lado, e por outro lado, era discriminar positivamente. Foram estes os argumentos utilizados pelos responsáveis políticos deste país. Nós fizemos tudo o que era necessário fazer para que efectivamente pudéssemos ter força, pudéssemos ter voz, pudéssemos representar, com substância, e com exigência, junto de quem de direito, e fizemos. Inclusive, fizemos um Plano de Desenvolvimento Estratégico para os catorze concelhos, e foi com base nesse Plano de Desenvolvimento Estratégico que foi elaborado para os catorze concelhos que foi apresentado e que foi desenvolvido o processo de contratualização com a CCDRC. Aquilo que se viu é que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

efectivamente, mais uma vez, na distribuição dos dinheiros, o que esteve em causa foi o peso eleitoral, e não a tão apregoada discriminação positiva do interior. E portanto, isto, quando assim é, é mau”. Referiu igualmente que “é fácil, ou relativamente fácil, dizer que a Zona Industrial de Oliveira do Hospital se mantém como estava, que o Pólo Industrial da Cordinha precisa de ser repensado, porque não dá resposta. Mas, “os tais pequenos”, como diz a Dra. Maria José Feixinho, e que poderíamos estar aqui a fazer referência, não apareceram cá com ideias ou com projectos de investimento”, sublinhando que “apareceu cá um, que até já está resolvido”. Prosseguiu referindo que “eu diria que é fácil dizer isso. Agora, é preciso o que está a montante. É preciso ver quanto tempo se demora para se alterar um Plano de Pormenor de uma Zona Industrial. É preciso ver quanto tempo se demora para se fazer uma Revisão do Plano Director Municipal, e nós temos um exemplo, há quantos anos é que nós começámos a trabalhar na proposta de Revisão do PDM de Oliveira do Hospital. Então e porque é que ainda não está concluído? É por culpa da Câmara? Não, não é por culpa da Câmara, é por culpa de um sistema que abafa, um sistema que obstrui, de um sistema que não deixa que se progrida, e fala-se nos tais Planos Nacionais e Regionais. Eu pergunto, para que é que foram esses planos? Se eles não criaram maior autonomia, nomeadamente nos municípios, de forma a que houvesse uma lei que dissesse que “todo e qualquer município que queira alterar o seu PDM, desde que respeite o que está no Plano de Ordenamento do Território, ao nível Nacional, e depois nos Regionais pode fazê-lo, deliberando em Câmara e aprovando em Assembleia”, e isto é que era dar efectivamente capacidade de acção aos municípios. O que acontece não é isso. O que acontece é que nós continuamos a estar agarrados a todo este sistema de burocracia de centralidade de pequenos poderes instalados, que depois dão lugar àquilo que tem sido muito propagado, tais como os casos “FREEPORT” e outros similares. Eu gostava de dizer isto, porque como sabem para ampliar a Zona Industrial tem que estar concluída a Revisão do PDM, porque só lá é que nós podemos prever a sua ampliação e que está prevista a sua ampliação. Em termos de Zona Industrial, enquanto não estiver revisto o PDM, nós só podemos pensar na utilização da Zona de Reserva, e que, em termos de tramitação tem o mesmo decurso processual, que tem a elaboração de um Plano de Pormenor de uma Zona Industrial feito de raiz. Ou seja, há aspectos que ninguém compreende, e o nosso país, em termos administrativos, é um país atrofiador do desenvolvimento. E não foi por acaso que o Governo criou os chamados PIN – Projectos de Interesse Nacional, e vejam o que tem acontecido no país com os projectos PIN. Até nesses, onde são concentradas todas as energias, onde tudo é feito em tempo recorde, e vejam o que é que acontece no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Portanto, infelizmente, nós estamos num país que atrofia. Não estamos num país que tem em conta o desenvolvimento. Isto não é de agora, é de há muitos anos a esta parte e vocês sabem, os próprios investidores estrangeiros o dizem “que em Portugal é difícil fazer investimentos”. E portanto, este é um dos aspectos que eu gostaria de realçar porque vem a propósito da crítica continuada sobre esta matéria”. Salientou ainda que “no que diz respeito ao sector emprego, temos que perceber que a sociedade mudou profundamente, e hoje os nossos cidadãos têm que estar preparados mas é para a mobilidade. O problema é que a sociedade mudou. O emprego, hoje, é volátil, tão volátil que vejam o que está a acontecer. Temos o exemplo concreto da QUIMONDA. Hoje as pessoas têm que estar mentalizadas para a mobilidade. Temos que ter consciência de que os nossos jovens, os nossos filhos, têm que estar preparados para a mobilidade. Hoje não é possível pensar que vamos ter um emprego e que esse emprego vai ser até à idade da reforma, não é possível. E portanto, temos que estar preparados. Isto é um aspecto que me parece importante. Por isso é que eu já referi aqui neste fórum, mais do que uma vez, o importante é que se instalem fábricas, seja em Arganil, seja em Tábua, seja em Oliveira do Hospital, seja em Seia, seja em Nelas, seja no Carregal do Sal, porque as pessoas que aqui vivem também vão beneficiar da instalação dessas unidades. É pena, é que as unidades que normalmente se instalam,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

são unidades de mão-de-obra intensiva e de salário mínimo. Isso é que é pena. Eu não tenho preconceitos dessa natureza. No entanto, apesar desta grave crise, vejam o que já aconteceu com o comércio na grande maioria dos locais deste país, e por aqui, apesar das dificuldades, ainda se vai aguentando de forma resistente. O mais importante para o concelho está na mão do Governo, e o Governo sabe, acessibilidades, tem sido por falta de fazer barulho, não. Tem sido por falta de coragem, nomeadamente do Partido Socialista, porque enquanto existiram Governos do Partido Social Democrata, sempre assumiu que faria, e andam há quatro anos calados agarrados à tese de que o troço do IC 6, que agora está a ser feito, era para ser em 2006, passou para 2007, inclusivamente houve um deputado na Assembleia Municipal que declarou ter a certeza de que em 2007 seria feito, e no entanto, passou o 2006, passou o 2007, passou o 2008, e agora temos um início ténue da obra em 2009. Portanto, sabemos do que estamos a falar e aquilo que tem faltado é a coragem, a coragem que os elementos do PS dizem que têm para bater o pé ao Governo e bem assim no que diz respeito também às novas instalações da ESTGOH. Porque a ESTGOH é outro elemento de capital importância para Oliveira do Hospital e para esta região. E não pode o Governo vir aqui dizer que não foram criadas, objectivamente, por parte do Município, todas as condições para que a ESTGOH fosse e seja uma realidade. A Câmara tudo fez até ao momento para que a ESTGOH não estivesse a viver o que está a viver, embora não tendo responsabilidades nessa matéria, tem havido uma articulação completa e perfeita entre a Direcção da ESTGOH e a Câmara Municipal. Ou seja tem havido uma cooperação estratégica fundamental entre as duas entidades, agora, não venham pedir à Câmara que construa as novas instalações da escola. A escola é um elemento de capital importância para o concelho. Eu até diria que o nosso comércio, parte dele, se está a aguentar por causa da escola, nomeadamente, no domínio da restauração. A incubadora só fará sentido, verdadeiramente, se nós tivermos a ESTGOH a funcionar como deve funcionar, para que haja uma perfeita ligação entre o ensino/ aprendizagem e a potencial capacidade de empreendedorismo daqueles que vão frequentar esse espaço, para além dos outros que, naturalmente podem aparecer e por vezes têm também excelentes ideias de negócio. Por nós pensarmos que sem pessoas não há nada, é que nós temos desenvolvido o trabalho que temos desenvolvido. É por pensar nas pessoas, e nas possibilidades do abandono da agricultura, da floresta e da pastorícia, na necessidade da sua formação, na sua necessidade ao nível cultural, pensando nas pessoas no sentido de solidariedade que tem de existir nos momentos mais difíceis que nós estamos a atravessar neste momento, na capacidade de juntar uma comunidade e dessa comunidade ser capaz de se interpretar e de se dar, é pensando nisso tudo que nós temos desenvolvido as políticas que temos desenvolvido e que o resultado dessas políticas é aquele que foi apresentado. E, enquanto eu for Presidente da Câmara, hei-de continuar a ter este pensamento de que as pessoas são a essência da nossa acção. Se não houver pessoas, não há acção de quem dirige. E portanto, é pensando nessa relação que deve existir, entre quem dirige e quem efectivamente é dirigido e quem precisa de acção de quem dirige, que nós temos desenvolvido estas políticas, no domínio da educação, no domínio da cultura, no domínio social, no domínio desportivo e outros. Aliás, eu continuo a dizer, nós pedimos meças, quer seja a nível cultural, educacional, ou desportivo e até noutros sectores, a qualquer concelho da nossa dimensão, que mostre se tem feito aquilo que nós temos feito. Podia-se fazer mais, e pode sempre fazer-se mais, assim existam os recursos para tal. Dentro dos princípios que nos norteiam, que é desenvolver políticas ajustadas com os recursos disponíveis, sem hipotecar o futuro. Queremos que o concelho de Oliveira do Hospital se continue a desenvolver de forma integrada.”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo declarou entender que o Sr. Presidente fez uma leitura abusiva no que diz respeito à sua intervenção, nomeadamente no que diz respeito à apresentação de candidaturas, tecendo várias considerações acerca daquilo que se entende por formalização de candidaturas, quanto à ESTGOH disse ainda que “tal como referiu há dias atrás o Sr. Director da Escola num colóquio o futuro da ESTGOH depende de um triângulo constituído pela Câmara Municipal, o IPC, e o Ministério do Ensino Superior”. -----

-----Assim, relativamente à proposta apresentada e na sequência da respectiva análise dos pedidos de esclarecimento antes apresentados por parte dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, foi pelos mesmos apresentada a sua posição sobre o assunto e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Na qualidade de Vereadores eleitos pelo Partido Socialista eis chegado o momento da apreciação e da tomada de posição acerca dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2008 numa dupla óptica: apreciação dos valores registados nos mapas e relatório de gestão e a correspondente leitura política em função das posições e postura que assumimos, com clareza, ao longo do presente mandato.-----

-----Relativamente aos valores registados não pretendemos, à partida, pôr em causa os números da execução orçamental vertidos na documentação. Partimos do princípio que eles espelham, com rigor e veracidade, o desempenho financeiro da actividade municipal no ano de 2008.-----

-----Contudo, temos a obrigação, da qual não abdicamos, de fazer a leitura política do desempenho da Autarquia, tanto mais porque, desde o início do mandato, sempre nos pautamos por uma atitude responsável e pró-activa, lançando desafios ao Executivo em Permanência consubstanciados na apresentação sucessiva de propostas, de recomendações e de sugestões que pudessem contribuir para aquilo que entendemos ser o bom desempenho da Câmara Municipal. ----

-----Infelizmente como crítica política temos a notar que, na esmagadora maioria dos casos, as propostas apresentadas pelos Vereadores eleitos pelo P.S., em diferentes domínios de actuação, não foram acolhidas e, muito menos, foram aproveitadas para concretização: a maior parte das vezes foram remetidas para o esquecimento, simplesmente desvalorizadas ou apresentadas, mais tarde, de forma camuflada – com outras designações ainda que para servir a mesma finalidade. Neste caso, do mal o menos. São exemplo disso as propostas apresentadas nos domínios do desenvolvimento económico e empresarial, no apoio e solidariedade social, na cultura, desporto e tempos livres, no apoio ao associativismo, etc., etc., etc.... -----

-----Entendemos que, politicamente, o que marcou a execução orçamental e, portanto, o Relatório de Actividades do Município em 2008 foi, sem dúvida, a contratação do empréstimo bancário no valor de 5.000.000,00 € dos quais, segundo referem os documentos, foram utilizados, até 31 de Dezembro, 1.300.000,00 €. -----

Tal como assumimos no momento da sua aprovação, esta decisão só pecou por tardia uma vez que, desde o início do mandato, vínhamos insistindo que a Câmara Municipal deveria utilizar a sua capacidade legal de endividamento junto da banca para alavancar um conjunto de projectos / obras / intervenções de carácter estruturante e economicamente reprodutivos. -----

Reportamo-nos, particularmente, à criação de uma nova área de localização empresarial, moderna e atractiva para o investimento ou a imediata ampliação da zona industrial de Oliveira do Hospital que, há vários anos, vê adiada a sua capacidade de instalação de novas iniciativas empresariais e, mais grave, vê perigosamente reduzida a sua competitividade em termos de atracção de novos investimentos, particularmente se comparada com os investimentos em desenvolvimento em zonas industriais dos concelhos vizinhos. -----

-----Vejam-se os investimentos em Tábua e Arganil, por exemplo, com novas empresas em adiantado estado de instalação e a correspondente criação de centenas de postos de trabalho. Claro



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

está que, não nos resignamos à fatalidade verbalizada pelo Senhor Presidente da Câmara de que esses investimentos também beneficiarão o concelho de Oliveira do Hospital uma vez que partirão daqui pessoas para trabalhar nessas novas unidades fabris. -----

-----Politicamente não podemos aceitar a ideia que Oliveira do Hospital passe de concelho “industrial” e gerador de postos de trabalho, a concelho que envia mão-de-obra para os demais concelhos vizinhos da região. Obviamente, quer se queira quer não, este estado de coisas resulta da ausência – na última década – de uma verdadeira política estratégica de incentivo ao investimento empresarial no concelho. A zona industrial de Oliveira do Hospital está esgotada, entretanto não foram criadas alternativas atractivas e o próprio Pólo Industrial da Cordinha transformou-se num espaço adiado e sem esperança, hoje tristemente transformado num dispendioso estaleiro de obras. O único elemento que lhe dá “vida”, e acarreta despesa, são as dezenas de braços de iluminação pública que aí estão instalados. -----

-----Depois porque, sabemos, até ao momento todos os lotes atribuídos se revelaram infrutíferos em termos de investimento concreto e, mais grave ainda, temos conhecimento de algumas intenções de investimento que foram sistematicamente rejeitadas por não encaixarem no perfil definido para aquele Pólo Industrial. Em suma, temos uma infra-estrutura criada que não cumpre a sua missão e não apresenta qualquer mais valia económica para o Município e para a riqueza do Concelho.

Elegemos o desenvolvimento económico e o apoio à actividade empresarial como a primeira prioridade ou, se quisermos, o desígnio central da actividade da Câmara Municipal. Por isso, insistimos em mais uma fraqueza de que só a maioria P.S.D. no Executivo é responsável. Sinal por demais evidente desse fracasso é a adiada criação duma incubadora / ninho de empresas investimento que, há vários anos, tem vindo a ser reivindicado e que, chegados ao último ano do mandato ainda é uma miragem. -----

-----Isto quando em vários concelhos à nossa volta se vêem várias estruturas desta natureza em funcionamento e, até, em ampliação. Em Oliveira do Hospital, pese embora a longa e demonstrada tradição empreendedora dos seus agentes económicos, continuamos à espera que um espaço de incubação de empresas seja uma realidade. Sobretudo quando a solução preconizada pelo Executivo em Permanência aponta para um modelo que – há muito – poderia ter sido concretizado. -----

-----Entenda-se que se a solução adoptada passava pelo arrendamento e não pela criação de um espaço moderno concebido de raiz, então – há muito – que essa solução deveria ter sido realizada. Não pode, por isso, deixar de interpretar-se a eventual criação de uma incubadora / ninho de empresas até ao final de mandato como uma medida política eleitoralista à boca das urnas. -----

-----Aqui chegados e analisando a execução orçamental verificamos que as taxas de execução da Receita e da Despesa descenderam para valores de 56,3% e 57,6%, respectivamente, em relação ao inicialmente orçamentado. Contudo, as receitas do Município têm vindo sempre a aumentar no período relatado – 2005/2008. -----

-----E, diga-se também em relação a 2007, quer as Receitas Correntes quer as Receitas de Capital aumentaram. Este é um facto. E poderiam ter aumentado, mais ainda, em abono dos cofres municipais se tivessem já sido disponibilizadas as ajudas e co-financiamentos do QREN. -----  
Notámos, também, que as Despesas com Pessoal continuam a crescer e o seu peso nas Despesas Correntes é expressivo. -----

-----No que diz respeito à execução das Grandes Opções do Plano de 2008, ou seja o documento que integra os investimentos programados pela Câmara, notamos que em relação a 2007 sofreu uma redução de mais de 2%, isto é, passou de 47,8% em 2007 para 45,5% em 2008. -----

-----Quanto ao volume de investimento por objectivo das GOP. pela primeira vez, em vários anos, o objectivo comunicações e transportes (que integra os investimentos na rede viária municipal) foi ultrapassado pelo objectivo Cultura, Desporto e Tempos Livres com a execução de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

vários equipamentos desportivos, culturais e de lazer, com destaque para o Contrato Programa do Estádio de Nogueira do Cravo.-----

-----No que diz respeito ao objectivo Descentralização, para o qual temos, insistentemente, chamado à atenção no sentido de valorizar e tratar de forma igual as Juntas de Freguesia, temos a notar que apesar do Relatório de Gestão ser claramente defensivo quanto às opções e às transferências realizadas, o certo é que os valores inscritos e executados traduzem um tratamento de absurda dependência daquelas entidades em relação à Câmara Municipal. Repare-se que, habitualmente, apenas 2,5% do investimento previsto nas GOP vão directamente para as Juntas de Freguesia. O que, como já criticamos, é manifestamente insuficiente e dá ideia que o Executivo em Permanência não aprecia a descentralização de competências. -----

-----Apesar de tudo isto, refira-se, ainda, que na rubrica Descentralização apesar de só estarem inscritos 445.000,00 € foram só realmente transferidos para as Freguesias 61,5% deste valor absoluto, ou seja, 273.750,00 €. Sendo o valor inicial magro, não se percebe o porquê.-----

-----Depois, preocupa-nos de sobremaneira, o tratamento desigual dado nas transferências para as Juntas de Freguesia. Pelo que, pugnamos, enquanto não houver protocolos de delegação de competências não haverá clareza e igualdade de acesso ao orçamento municipal. É exemplo disso o que se verifica na análise das transferências quer correntes quer de capital. Nas transferências correntes temos Juntas de Freguesia que recebem 429,35 € e 601,29 € e outras que arrecadam 10.493,72 € sem que se perceba objectivamente a razão de tal suceder. -----

-----Nas transferências de capital temos (nos extremos do intervalo) Juntas de Freguesia a receber 6.225,00 € e 6.360,00 € e outras valores de 37.493,00 € e de 50.625,00 €.-----

-----Sempre entendemos as Juntas de Freguesia como parceiros indispensáveis para o desenvolvimento do Município, não entendemos porquê a insistência neste tratamento diminuidor da sua função, transformando-as em sistemáticos pedintes do orçamento municipal ou visitas habituais do Gabinete da Presidência.-----

-----Como já referimos, temos a noção que a execução orçamental de 2008 ficou marcada pela aplicação de parte do empréstimo bancário contratado. A parte restante será aplicada em 2009 e poderá ser conjugada com as ajudas financeiras do QREN, o que obrigará a uma renovada ambição para o município. Ou simplesmente ao mesmo desfilar de obras e intervenções eleitoralistas que são conhecidos há anos.-----

-----Acima de tudo que não se hipoteque em definitivo e de forma irreversível o futuro do desenvolvimento económico e do bem-estar social do Concelho. -----

-----Em conclusão, porque já desde a apreciação do Orçamento e GOP do Plano para 2008, não concordamos nem aprovamos as suas opções e a sua hierarquia de prioridades.-----

-----Tal como referimos, e aliás é timidamente reconhecido no Relatório de Gestão, o Orçamento e as GOP estavam empoladas, sendo portanto documentos previsionais irrealistas e irrealizáveis.

-----Como prova disso mesmo estão as sete alterações ao orçamento e as seis alterações às GOP, por despacho do Senhor Presidente da Câmara e que, só agora, temos conhecimento. Não pomos em causa a competência legal entendemos é que destas decisões deveria ser dado conhecimento à Câmara Municipal enquanto órgão colegial no momento próprio. -----

-----Porque ao longo do mandato, de uma forma clara e amplamente justificada, pugnamos por outro modelo de actuação política, por outra forma de diálogo e concertação com a Administração Central, por outra capacidade de priorização, de realização e de aplicação do orçamento municipal votamos pela não aprovação das contas de 2008. -----

-----O nosso desejo é que não se esteja a criar um concelho com um futuro incerto. -----

-----*Os Vereadores Eleitos nas Listas do Partido Socialista.*-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Postos os documentos em apreço à votação, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e Srs. Vereadores Paulo Rocha, Elsa Correia e Fátima Antunes, e com os votos contra dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho, Albano Almeida e José Francisco Rolo, conforme declaração de voto apresentada, aprovar o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2008. -----

-----Foi igualmente deliberado, submeter os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção. -----

**-----1.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO ANO DE 2008-----**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2008, descrita no ponto - 6 do Relatório de Gestão, conforme documento em anexo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção. -----

**-----1.3 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2009-----**

D.A.G.F./DOC.2

-----Por proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no nº 3 do artº 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, por maioria, tendo-se registado a abstenção dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a 1ª. alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Oliveira do Hospital para 2009, conforme documento que se anexa e fica a fazer parte integrante desta acta, que declararam manter a sua posição tomada em reunião extraordinária de 10 de Dezembro de 2008. -----

**-----1.4 - REDE RODOVIÁRIA NACIONAL REGIÃO CENTRO INTERIOR - IC6/IC7 E IC37 - ESTUDO PRÉVIO/ESTUDO DE VIABILIDADE DE TRAÇADOS-----**

D.S.T./DOC.3

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o Estudo Prévio/ Estudo de Viabilidade, relativo aos três corredores principais dos traçados dos IC's 6, 7 e 37, resultantes do Estudo de Avaliação Estratégica da Rede Rodoviária Nacional na Região Centro Interior, no que, nomeadamente, concerne ao território deste Município, remetido pela Direcção de Estradas de Portugal, S.A., tendo sido deliberado, por unanimidade, concordar com o teor vertido na informação elaborada pelo Gabinete de Revisão do PDM, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, sendo que o Sr. Vereador José Francisco Rolo declarou manter a sua posição assumida em reunião extraordinária de 30 de Setembro de 2008, em que defendia a solução 2, na ligação do nó da Póvoa das Quartas à Covilhã, com passagem por Penalva de Alva e Quinta do Mosteiro a continuar pela solução mais próxima de Alvôco das Várzeas, por considerar que era a melhor solução para o concelho de Oliveira do Hospital e, designadamente, para a promoção das potencialidades turísticas dos Vales do Alva e Alvôco e bem assim para um acesso mais fácil à nova via pelas populações respectivas. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **quinze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 15 de Abril de 2009** -----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DE 15  
DE ABRIL DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**